

ATA Nº 270

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às 13h30min, estiveram reunidos os membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo do IMPRES, na sala de reuniões do IMPRES para reunião ordinária, estando presentes: Ana Paula Padova (titular-secretária), Geovana A. Denardi Facin (titular-presidente), Elisabet Maria Zanela Sartori (titular-vice-presidente), André L. Dri (suplente), Jeferson L. Krug (suplente, respondendo na condição de titular), Andréa R. Camaroto (titular), Ivone Zanatta (Diretora Presidente do IMPRES) e Tiago Dupont Giumbelli (Analista Previdenciário). Foi efetuada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior. O primeiro ponto abordado na reunião foi sobre a apresentação do cálculo atuarial que ocorreu em audiência pública realizada na Câmara de Vereadores, sugeriu-se que a próxima apresentação do cálculo seja realizada para os conselhos e para a administração, antes de ser apresentado formalmente em audiência pública em razão de alguns pontos acabarem sendo expostos de forma superficial e rasa. Foi sugerido que o atuário encaminhe as hipóteses e premissas com suas devidas justificativas, previamente à data limite para assinatura do DRAA, para que crie uma proximidade e consonância entre a Administração e o instituto na tomada de decisão quanto às hipóteses adotadas na elaboração do cálculo atuarial. Assim, quando da realização do próximo cálculo atuarial solicita-se que seja apresentado o cálculo, hipóteses e premissas de forma prévia, aos conselhos, autarquias e administração municipal, justamente para criar uma proximidade entre os entes e que se colabore na tomada de decisão das premissas, bem como que seja realizada reunião prévia à escolha das premissas. Ainda assim, reitera-se a sugestão deste Conselho, para que o atuário encaminhe as sugestões de hipóteses e premissas para a elaboração do cálculo atuarial, para que o executivo municipal, conselhos e diretoria possam verificar previamente os pontos abordados. Outros assuntos abordados são sobre os Ofícios recebidos, sendo o primeiro n. 029/2023 que trata sobre a alteração do Plano de Gestão dos Riscos Atuariais conforme nova orientação da portaria nº 1.467/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. O segundo ofício é o 030/2023 que trata sobre a mudança na política de investimentos, o qual foi aprovado por unanimidade a alteração de 4,88% para 5,03%, em razão da possibilidade em virtude do atingimento da meta proporcional em dois anos, no período dos 05 anos anteriores. Tal mudança decorre do fato de que o para o relatório de avaliação atuarial foi utilizado taxa de juros atuarial diferente da constante na política de investimento vigente que deveria se utilizar de 4,88%, quando na verdade utilizou-se 5,03%. A diferença se deu pela utilização parcial da faculdade do §4º do artigo 39 da portaria nº 1.467/2022 na política e do percentual máximo para o IMPRES na Avaliação, o que somente foi constatado após a assinatura e envio da citada avaliação aos órgãos de controle. O terceiro ofício, de n. 031/2023, trata sobre o

equacionamento do déficit, sendo que se relatou sobre a decisão na ADIN n. 5064484-61.2021.8.24.0000, que impactará no equacionamento, já que foi julgada totalmente procedente, todavia ainda não foi publicado o acórdão, a fim de que se tenha ciência das definições contidas na decisão judicial, diante disto, será aguardado os trâmites da ADIN para análise do ofício em questão. A Presidente informou quanto à solicitação de majoração de gratificação da contadora, pois segundo a Fernanda, que exerce a referida função, o valor estipulado para a função, na minuta do projeto de lei aprovado pelo Conselho, está abaixo em comparação a outros municípios. Ponderado sobre aspectos como responsabilidades e hierarquia, efetuando-se a comparação do Diretor Presidente do instituto e o Contador, considerando os fatores apontados principalmente sobre a ordem hierárquica e fator de decisão que a função exercida pelos membros da Diretoria têm, este Conselho sugere manter o valor que consta na minuta do projeto de lei já analisado, sendo que Ivone previamente informou que está sendo estudada a possibilidade de contratação (concurso) de mais um técnico administrativo, para colaborar na elaboração e nos serviços administrativos. Exposto sobre um curso de capacitação que ocorrerá em Balneário Camboriú nos dias 18 e 19 do mês de julho deste ano, não houve interesse de nenhum membro do Conselho. Comentado previamente sobre o processo administrativo na servidora M.R.A.B. que foi recebido por este conselho, ao qual será analisado e debatido na próxima reunião. Recebido o Ofício 01/2023 do Conselho Fiscal que informa que no dia 30/05 em reunião ordinária constatou-se que a gestão econômica e financeira referente ao mês de março foi adequada. Outro assunto debatido foi sobre a realização de uma live com a SMI no dia 14/06/2023, às 10h30m, destacando-se a ausência de 03 membros do Comitê de Investimentos, evidenciando-se apenas a participação de André Sauer. A intenção é a realização de encontro semelhante a cada 60 dias com o IMPRES de forma on line, com objetivo de falar sobre a carteira de investimentos e cenário econômico, com a participação do Rafael, que é quem assessora o instituto, e do economista da SMI. É importante a participação dos membros dos conselhos, Diretoria e do Comitê para acompanhamento dos cenários e da carteira de investimentos, a fim de que as análises, o entendimento dos resultados apresentados e a fixação das próximas políticas de investimentos sejam melhores entendidas. Reitera-se a importância destas lives para o comitê de investimento, que são os principais interessados. Não havendo mais nada a tratar foi encerrado a reunião e, eu Ana Paula Padova, lavrei a ata que segue assinada pelos presentes.